

---

PROJETO NOVAMARLIM

PRIMEIRO ADITAMENTO À  
ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM DUAS SÉRIES,  
DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

entre

NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.,  
*como Emissora*




e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

\_\_\_\_\_  
Data

13 de dezembro de 2001  
\_\_\_\_\_

---

**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.**

**PREÂMBULO**

Pelo presente Aditamento (o "Aditamento"), NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A., sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Elias Agostinho, 665, sala E-102, Imbetiba, CEP 27913-350, inscrita no CNPJ sob o nº 04.668.779/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora"); e, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os "Debenturistas"), OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o "Agente Fiduciário"), vêm por esta e na melhor forma de direito aditar a Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Dividida em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real (a "Escritura"), firmada entre as partes em 6 de dezembro de 2001, o que fazem de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Salvo se de outra forma definidos neste Aditamento, os termos iniciados em maiúscula terão os significados a eles atribuídos no Anexo I a cada um dos Documentos da Operação (conforme definido no Contrato de Consórcio e demais Documentos da Operação firmados pela Emissora).

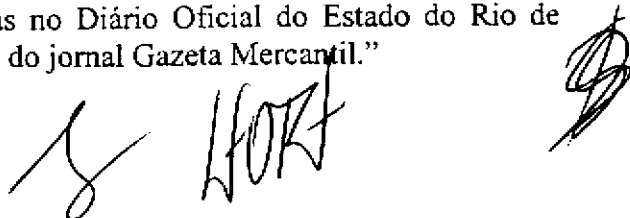
**CLÁUSULA I**

1.1. O item 1.1 da Cláusula II da Escritura passa a ter a seguinte redação:

"1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da Emissora realizadas em 18 de setembro, 20 de novembro e 13 de dezembro de 2001."

1.2. O item 2.2.1 da Cláusula II da Escritura passa a ter a seguinte redação:

"2.2.1. *Arquivamento e Publicação das Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a Emissão.* A ata da Assembléia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2001 foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 2 de outubro de 2001 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no Jornal da Tarde e na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil, em 5 de dezembro de 2001. As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias de 20 de novembro e 13 de dezembro de 2001 serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do Commercio e na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil."



1.3. O item 2.2.2 da Cláusula II da Escritura passa a ter a seguinte redação:

“2.2.2 *Registro da Escritura.* A presente Escritura foi registrada no Cartório do 2º Ofício de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, no Livro 3-D, fls. 43vº, sob o nº 1327.”

1.4. Os itens 4.1.2 e 4.1.3 da Cláusula IV da Escritura passam a ter a seguinte redação:

“4.1.2. *Número de Séries.* A Emissão será feita em duas séries, sendo a 1ª série no montante de R\$1.136.695.000,00 (um bilhão, cento e trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e cinco mil reais) e a 2ª série no montante de R\$663.305.000,00 (seiscentos e sessenta e três milhões e trezentos e cinco mil reais), na Data de Emissão.”

“4.1.3. *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 360.000 (trezentas e sessenta mil) Debêntures, sendo 227.339 (duzentas e vinte e sete mil, trezentas e trinta e nove) Debêntures da primeira série e 132.661 (cento e trinta e duas mil, seiscentas e sessenta e uma) Debêntures da segunda série.”

1.5. O item 4.2 da Cláusula II da Escritura passa a ter a seguinte redação:

“4.2. *Remuneração.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração (“Remuneração”):

4.2.1 *Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série:*

As Debêntures da 1ª série farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 1º de dezembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª série serão equivalentes a 100% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada “Taxa DI”, capitalizada de *spread* de 1,10% (um vírgula dez por cento) ao ano. As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f1 \times f2 \dots \times fj) - 1]$$

onde,



JR = valor dos Juros Remuneratórios a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

(f1 x f2....x fj) = fator de variação acumulado da Taxa DI, capitalizado do *spread*, entre a data de início e a data final do "Período de Capitalização" dos Juros Remuneratórios, calculado conforme fórmula abaixo.

Os termos f1, f2, fj serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times S$$

onde,

fj = fator da Taxa DI referente ao dia j;

Taxa DIj = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia j;

S = fator de *spread* final ao ano, base 252 dias, calculado conforme fórmula abaixo.

$$S = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \right] \right\}$$

onde:

b = 1,10% ao ano.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.



Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas referida acima, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizado a última Taxa DI dos Juros Remuneratórios. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

#### 4.2.2. Atualização e Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série.

(a) *Atualização.* As Debêntures da 2ª série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Atualização, conforme o caso, pela variação do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário. O Valor Nominal das Debêntures será atualizado pela seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[ \frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dur_1}} \times \left[ \frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dur_2}} \times \dots \times \left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dur_n}} \right\}$$

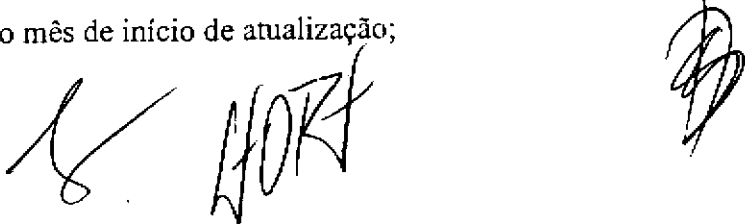
onde:

VNa = Valor Nominal atualizado;

VNe = Valor Nominal Unitário, no caso do vencimento do primeiro Período de Capitalização, ou saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário na data de vencimento de cada Período de Capitalização, no caso dos demais Períodos de Capitalização;

NI<sub>0</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI<sub>1</sub> = valor do número-índice do mês de início de atualização;



$NI_2$  = valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;

$NI_n$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização. Considera-se como mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da debênture;

$NI_{n-1}$  = valor do número-índice do mês anterior ao mês "n";

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base.

Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, conforme a fórmula a seguir:

$$\left( \frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$$

O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente. As Debêntures farão jus ao pagamento integral da Atualização nas mesmas datas em que forem pagos os Juros Remuneratórios.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de atualização das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a atualização a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário, não sendo devidas quaisquer compensações entre



a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do número-índice que seria aplicável. Se a não divulgação do número-índice for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de atualização das Debêntures.

Em qualquer hipótese mencionada nesta cláusula, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de atualização entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* por dias úteis, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da atualização aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizado o último número-índice disponível. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

(b) *Juros Remuneratórios.* As Debêntures da 2ª série farão a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 1º de dezembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª série serão pré-fixados à taxa de 12,25% (doze vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

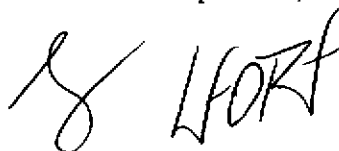
J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização;

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais ao final de cada Período de Capitalização;

b = 12,25% ao ano;

n = Número de dias úteis do respectivo Período de Capitalização.

Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último

 LFORT



vencimento da Remuneração, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

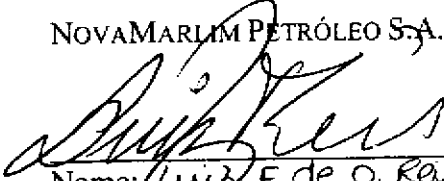
## CLÁUSULA II

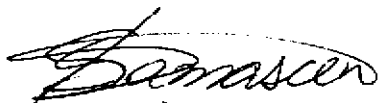
2.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura que não tenham sido expressamente modificadas por meio deste Aditamento.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

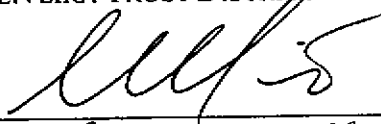
Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2001.

NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

  
Nome: Luiz F. de O. Reis Filho  
Cargo: Diretor

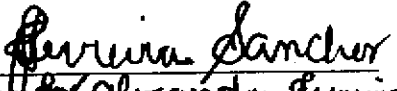
  
Nome: Simão Damasceno  
Cargo: procurador


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

  
Nome: Cosma Romão L. Pinto  
Cargo: DIRETOR

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Testemunhas:

  
Nome: João Alexandre Pereira Sanchez  
RG: 27.934.999-3 (SP/SP)

  
Nome: JOÃO GUILHERME G. JUNGMAHN  
RG: 22.791.229-7